



## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ

CONTRATO Nº 40, DE 2024

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O DESENVOLVIMENTO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO, SUPORTE E GARANTIA DA SOLUÇÃO WEB INTEGRADA (WEBSITE) E DEMAIS CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS FIRMADO COM A EMPRESA A&M SOLUTION AGENCIA DIGITAL LTDA.**

### PREÂMBULO

Aos dezoito dias do mês de dezembro de 2024, a **CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ**, inscrita no CNPJ sob nº **43.307.008/0001-08**, situada na Praça IV Centenário, 2, Centro, Santo André – SP, CEP 09040-905, doravante denominada **“CONTRATANTE”**, neste ato representada por seu Presidente, Vereador Carlos Roberto Ferreira, portador do C.P.F./MF nº 029.194.068-41, e a empresa **A&M SOLUTION AGENCIA DIGITAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº **34.766.560/0001-73**, com sede na Rua Francisco de Paula Guimarães, nº 70, bairro Ahu, Município de Curitiba/PR, CEP: 80.540-040, doravante denominada **“CONTRATADA”**, representada pelo Sr. Clóvis Máximo da Silva, portador do CPF/MF nº 022.083.468-74, perante as testemunhas ao final firmadas, assinam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada pelo despacho de fls. 197, 198, 256 e 257 do **Processo Acessório de Requisição vinculado ao Processo Administrativo Principal nº 4927/2024**, que se regerá pela que se regerá pela Lei Federal nº 14.133 de 2021 e pela Resolução 03/2024, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

### FUNDAMENTO DO CONTRATO

Este contrato tem por fundamento legal o disposto no artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/21 e decorre da autorização do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Santo André ao autorizar a licitação na modalidade Contratação Direta – Dispensa de Licitação, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, consoante se verifica nos autos do Processo Administrativo Principal nº 4927/2024, autorizada pelo despacho de fls. 197, 198, 256 e 257 do Processo de Requisição e regido pela Lei Federal nº 14.133/21.

### ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO

#### I - OBJETO DO CONTRATO

1.1. O presente contrato tem como objeto a **contratação de empresa especializada para o desenvolvimento, implantação, treinamento, suporte e garantia da solução web integrada (website) e demais características e especificações técnicas**, em conformidade com o Anexo I – Termo de Referência.

1.2. Nos termos do art. 92, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21, fazem parte integrante do presente contrato a proposta vencedora, bem como o Anexo I – Termo de Referência.

#### II – REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. O objeto do ajuste será executado em conformidade com a proposta constante às fls. 55 e 56 do **Processo Acessório de Requisição vinculado ao Processo Administrativo Principal nº 4927/2024**, encaminhada pela CONTRATADA à CONTRATANTE em 21 de agosto de 2024 e com o disposto nos Anexos I – Termo de Referência, o qual integra o presente Contrato, para todos os efeitos legais, independente de transcrições.



**III – RESPONSABILIDADES** - A CONTRATADA será única responsável pelos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, bem como por todas as despesas necessárias incluindo transporte, mão-de-obra e demais despesas indiretas.

#### **IV - DAS OBRIGAÇÕES**

##### **DA CONTRATADA**

4.1 Durante a execução dos serviços a CONTRATADA deverá desenvolver as atividades descritas no item 10 do Anexo I – Termo de Referência.

##### **DA CONTRATANTE**

4.2 Durante a execução dos serviços a CONTRATANTE deverá desenvolver as atividades descritas no item 11 do Anexo I – Termo de Referência.

#### **V – PREPOSTO E FISCAL**

5.1. A CONTRATADA designa o Sr. Marcus Fabio Martins Maximo da Silva, a quem outorga poderes legais para representá-la na execução do contrato e que servirá ainda de elemento permanente de ligação com o Fiscal da CONTRATANTE, devendo atendê-lo em horário comercial, de segunda a sexta-feira, sem ônus adicional para o CONTRATANTE.

5.2. A CONTRATANTE designa o(a) Diretor(a) de Apoio Tecnológico, em conjunto com o(a) Gerente de Tecnologia da Informação, como seus(uas) fiscais para representá-la na execução do presente contrato, garantindo a qualidade e a excelência do objeto contratado, fiscalização essa que, em nenhuma hipótese, eximirá nem reduzirá as responsabilidades legais e contratuais da CONTRATADA.

5.3. A Comissão de Recebimento será composta pelos fiscais designados acima e em conjunto com o(a) Gerente de Comunicações Institucionais e Apoio Técnico Legislativo – Diretoria TI, cabendo a estes, dar recebimento provisório e o definitivo, permitindo a verificação da entrega, as possíveis substituições ou trocas que, porventura, forem necessárias, até seu recebimento definitivo em conformidade com as especificações deste Termo de Referência.

#### **VI – PREÇOS, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTE**

6.1. PREÇOS - A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela execução do objeto contratual, o respectivo preço constante da proposta comercial de custos elaborada pela CONTRATADA, perfazendo o valor máximo de **R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais)**.

6.2. O valor total estimativo deste contrato, para cobrir as despesas pelo período de 270 (duzentos e setenta) dias, é de **R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais)**.

6.3. Nos preços acham-se computados e diluídos todos os ônus decorrentes de despesas diretas e indiretas (mão-de-obra, encargos sociais e quaisquer outras despesas necessárias), mesmo que não tenham sido apontadas expressamente pela CONTRATANTE, desde que tenham relação com o objeto contratado.

6.4. Após o aceite do Fiscal do Contrato, os pagamentos serão efetuados pela Gerência de Orçamento e Finanças da CONTRATANTE, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa;



6.5. O não pagamento da Nota Fiscal / Recibo / Carta Fatura, apresentados nas condições previstas, ensejará a incidência da necessária compensação financeira, a ser procedida nos termos da Lei Civil.

6.6. Sustação de Pagamento - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

## VII - PRAZOS

7.1 O prazo de vigência deste ajuste é de 270 (duzentos e setenta) dias corridos, a contar da assinatura do contrato, ou por perda do objeto, o que ocorrer primeiro.

## VIII – RECEBIMENTO

8.1. O recebimento do objeto será dado nos moldes do Item 14 do Anexo I – Termo de Referência.

## IX – DO VALOR DO CONTRATO

9.1. O valor total estimativo deste contrato, para cobrir as despesas pelo período de 270 (duzentos e setenta) dias, é de **R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais)**.

## X – DA DESPESA

10.1. A despesa com este contrato, no corrente exercício, no montante de **R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais)**, correrá à conta da **Nota de Empenho nº 654/2024, de 17/12/2024**, devidamente apropriada no elemento de despesa **3.3.90.40 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ - Subelemento 99 - OUTROS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ**, da vigente Lei Orçamentária Anual.

10.2 A despesa para o exercício subsequente será alocada à dotação orçamentária nº 3.3.90.40 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ - Subelemento 99 - OUTROS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ, prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada à CONTRATANTE, na Lei Orçamentária Anual.

## XI – PENALIDADES

11.1. As penalidades estão previstas nos art. 156 a 163, da Lei Federal nº 14.133/21 e na Resolução 03/2024 desta Câmara, bem como os procedimentos relativos à aplicação de multas e outras sanções decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato.

11.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato, fica a CONTRATADA sujeita às seguintes penalidades, a serem aplicadas de forma discricionária por esta Administração Pública, observado o princípio da razoabilidade:

I - advertência;

II - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplente;

III - multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato quando houver inexecução total da avença;



## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ

IV - impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Santo André, pelo prazo máximo de 03 (três) anos;

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

VI – Pelo atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado a multa de mora de 0,3% ao dia, na forma prevista nesse edital e no contrato, sendo que a aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na legislação, podendo ser abatida da garantia contratual, com cobrança da diferença, se houver.

11.3. De acordo com o disposto no § 7º do art. 156 da Lei 14.133/2021, as sanções previstas para as penalidades de advertência, impedimento de licitar e contratar, bem como para declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, poderão ser cumulativas com a aplicação de multa.

**XII – EXTINÇÃO** - Haverá extinção contratual na ocorrência de qualquer dos motivos elencados no artigo 137, na forma estabelecida no artigo 138, com as consequências previstas no artigo 139, todos da Lei Federal n.º 14.133/2021, sem prejuízo das sanções enumeradas no artigo 156.

**XIII – CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA** – O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

### XIV - DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Nenhuma modificação poderá ser feita na prestação dos serviços e nas especificações, sem autorização expressa da CONTRATANTE.

14.2. Acréscimos ou Supressões - A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, obedecido ao disposto no artigo 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.3. Manutenção das Condições Habilitatórias - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições habilitatórias e de qualificação exigidas no Termo de Referência, conforme prevê Art. 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/2021;

14.4. Foro - Fica eleito o Foro da Comarca de Santo André, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir qualquer questão oriunda da execução deste Contrato;

14.5. Publicidade - A Administração efetivará a publicação na íntegra deste instrumento de contrato no Portal Nacional de Compras Públicas, nos termos do Artigo 54, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/21.

14.6. Tratamento dos Dados - As Partes obrigam-se a realizar o tratamento de dados pessoais em obediências às disposições legais vigentes, nos moldes da Lei 13.709/18 (LGPD), visando dar efetiva proteção aos dados coletados de pessoas naturais que possam identificá-las ou torná-las identificáveis.





**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SANTO ANDRÉ**

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas Partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

Câmara Municipal de Santo André, 18 de dezembro de 2024  
471º ano da fundação da cidade

**CARLOS ROBERTO FERREIRA**  
**(CARLOS FERREIRA) - Presidente**  
**p/ Contratante**

**CLÓVIS MÁXIMO DA SILVA**

**p/ Contratada**

**Testemunha 1:**

Nome: Sélio de Costa Marques Jr

CPF nº: 26.16.819-7

Ass.: [assinatura]

**Testemunha 2:**

Nome: WELLINGTON ANTUNES DE JESUS LIMA

CPF nº: 228.946.958-02

Ass.: Wellington Antunes





## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ

### ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

**OBJETO** - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O DESENVOLVIMENTO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO, SUPORTE E GARANTIA DA SOLUÇÃO WEB INTEGRADA (WEBSITE) E DEMAIS CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.

#### 1. OBJETIVO

O presente termo de referência tem por objetivo suprir a necessidade urgente de implementação de um novo website para a Câmara Municipal de Santo André (CMSA), visando substituir o atual website que possui defasagem tecnológica de atualizações, problemas de funcionalidades não mais operacionais e baixo nível de segurança.

#### 2. DA JUSTIFICATIVA

A Câmara Municipal de Santo André tem necessidade de um website com tecnologia moderna que possibilita integração com os demais sistemas em operação e ainda possibilita melhores recursos audiovisuais para divulgação dos feitos desta casa em benefício dos munícipes, com foco na melhoria da experiência do usuário, principalmente em dispositivos móveis, transparência na apresentação dos dados e acessibilidade de pessoas com necessidades especiais.

#### 3. DO PORTAL WEBSITE

- 3.1. O website deverá ser desenvolvido em **Wordpress versão 6.3 ou superior** em **PHP 8.0 ou superior**;
- 3.2. Acesso seguro ao Wordpress para gerenciamento dos conteúdos do website;
- 3.3. O layout do website deverá ser **responsivo** às diversas plataformas existentes, adaptando-se ao tamanho das telas onde será exibido, como, por exemplo, as telas de celulares e tablets (adaptado para mobile);
- 3.4. O website deverá ter tratamento sobre o consentimento das **políticas de cookies**;
- 3.5. O website deverá obedecer aos padrões do **W3C (World Wide Web Consortium)**, de modo a assegurar sua compatibilidade com os diversos navegadores existentes, e ainda atender aos requisitos das diretrizes de acessibilidade de conteúdo da web, desenvolvido pelo W3C;
- 3.6. O website deverá ter recursos de acessibilidade em suas páginas, tais como, exibição do símbolo de acessibilidade em destaque, possibilidade de alterar o contraste nas páginas, aumentar o tamanho das fontes (ferramenta de redimensionamento de texto), leitores de tela, linguagem de sinais entre outros;
- 3.7. O website deverá ter o símbolo de acessibilidade em destaque;
- 3.8. O website deverá conter a exibição do caminho de páginas percorridas pelo usuário (breadcrumbs);
- 3.9. O website deverá ter um estudo e reformulação do mapa do site, caso seja necessário;
- 3.10. O website deverá possuir interface amigável e intuitiva e ser mais criativo, atraente, tecnológico e funcional nas novas páginas;





- 3.11. Possuir recurso para consulta por palavra no texto das notícias cadastradas e listar os links das notícias encontradas, legenda explicativa e quando foram publicadas;
- 3.12. O website deverá ter uma ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação;
- 3.13. A solução deve atender a Lei da Transparência (131/2009), a Lei de Acesso à Informação (12.527/2011) e a Lei Geral de Proteção aos Dados - LGPD (13.709/2018);
- 3.14. O website precisa respeitar os padrões do manual de comunicação visual da Câmara Municipal de Santo André;
- 3.15. Integração com o Google Analytics para monitoramento do website;
- 3.16. O website deverá ter uma estrutura montada utilizando técnicas de SEO (Search Engine Optimization) - conjunto de técnicas usadas, geralmente divididas entre tecnologia, conteúdo e autoridade, para alcançar bom posicionamento de páginas de um site no Google e em outros buscadores, gerando tráfego orgânico, como a utilização de URL's amigáveis;
- 3.17. O website deverá ser totalmente hospedado nos servidores da CONTRATANTE;
- 3.18. A CONTRATADA deverá instalar, configurar e testar todo o website nos servidores da CONTRATANTE;
- 3.19. Na implementação será efetuado o treinamento dos usuários apresentados pela CONTRATANTE, bem como a realização de testes de funcionalidade e gerenciamento do website;
- 3.20. Todas e quaisquer correções provocadas por erros de implementação para os serviços executados pela CONTRATADA, durante o prazo de execução, sem custos adicionais para a CONTRATANTE;
- 3.21. Após a fase de implementação, a CONTRATADA deverá entregar TODO o código fonte e elementos gráficos do design system para a CONTRATANTE: código fonte do website, assets e conteúdos adicionais que forem necessários;
- 3.22. O website deverá ter a validação relacionada à transparência através da planilha ITPL (Índice de Transparência dos Portais Legislativos) disponibilizada pelo Senado Federal, onde a avaliação deve ser superior ao website atual;
- 3.23. O website deverá ter a validação relacionada à acessibilidade através do sistema ASES (Avaliador e Simulador de Acessibilidade em Sítios) disponibilizado pelo Governo Federal, onde a avaliação deve ser superior ao website atual.

#### **4. DAS CARACTERÍSTICAS DO PORTAL WEBSITE**

##### **4.1. Página principal / homepage**

4.1.1. Quadro rotativo (carrossel de banners - Slider): o usuário poderá escolher notícias cadastrada para ficar em um quadro rotativo na página principal, exibindo seu título, resumo e imagem redimensionada; Destaque: o usuário poderá escolher notícias cadastrada para ficar em destaque na página principal, exibindo o seu link e imagem redimensionada e parte de seu texto com opção "Saiba Mais". Para cada notícia publicada, exibir: título, data, texto e foto anexada. Ter a possibilidade de exibir mais de uma notícia ao mesmo tempo no quadro rotativo, ou seja, dividindo o quadro rotativo;



## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ

- 4.1.2. Notícias em destaques por categoria – possibilidade de destacar as notícias por categoria e exibir esta categoria na página principal. Exemplo: notícias referentes à atividade legislativa;
- 4.1.3. Ícones com chamadas para as redes sociais;
- 4.1.4. Integrar o Instagram dentro da página principal;
- 4.1.5. Apresentação dos eventos da Câmara Municipal de Santo André em um estilo moderno - informação dos próximos acontecimentos contendo a data e horário do evento, título e descrição resumida. Ao acessar o link, será exibido o evento na íntegra com imagem (se houver);
- 4.1.6. Possibilidade de adicionar links de acesso para os sistemas internos da Câmara Municipal de Santo André dentro da página principal;
- 4.1.7. Os acessos ao Portal da Transparência e Portal LGPD deverão estar visíveis na página principal do website;
- 4.1.8. Transmissão ao vivo da TV Câmara nos dias das sessões e nos dias que não tem as sessões, possibilidade de exibir vídeos fixos aleatórios;
- 4.1.9. Página modular e editável, havendo possibilidade de alterar usando a plataforma, desabilitando ou movendo componentes.
- 4.2. Postagens do site
  - 4.2.1. Dentro da página de uma postagem apresentar também outras postagens referentes a notícia visualizada, através de palavras-chave;
  - 4.2.2. Possibilidade de ter imagens dentro das postagens;
  - 4.2.3. Possibilidade de ter vídeos do youtube dentro das postagens;
  - 4.2.4. Possuir recurso para imprimir e enviar as postagens por e-mail.
- 4.3. Gerenciador de conteúdos
  - 4.3.1. O Portal Oficial deverá ser totalmente dinâmico, todas as informações poderão ser atualizadas a qualquer momento pelo usuário responsável através do Gerenciador de Conteúdo;
  - 4.3.2. Deverá possibilitar a criação e alteração de usuários, grupos e permissões de acesso;
  - 4.3.3. Todos os acessos serão feitos através de credenciais (usuário e senha) sendo que cada usuário poderá acessar somente as funcionalidades designadas pelo administrador do sistema (master);
  - 4.3.4. Possibilidade de definir o número de notícias que serão exibidas dentro do quadro rotativo (carrossel);
  - 4.3.5. Possuir função para inclusão, alteração, consulta e exclusão da agenda de eventos com possibilidade de inclusão de imagens, textos, links, vídeos do youtube e arquivos para download;
  - 4.3.6. Possuir função para inclusão, alteração, consulta e exclusão das Postagens com a possibilidade de inclusão de imagens, textos, links, vídeos do youtube e arquivos para download;
  - 4.3.7. Possuir função para inclusão, alteração, consulta e exclusão de páginas, de maneira que o próprio usuário possa incluir novas páginas e conteúdo no website;

Contrato nº 40/2024







## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ

- 4.3.8. Gerenciamento das páginas do website com editor intuitivo, que permite inserir imagens, textos, links, vídeos do youtube e arquivos para download, podendo associá-las aos menus;
- 4.3.9. Possuir função para inclusão, alteração, consulta e exclusão de links e serviços públicos disponíveis no website;
- 4.3.10. Possuir função para inclusão, alteração, consulta e exclusão dos vereadores na galeria dos vereadores;
- 4.3.11. Possuir função para inclusão, alteração, consulta e exclusão das páginas do Portal da Transparência;
- 4.3.12. Possuir função para inclusão, alteração, consulta e exclusão de conteúdos relacionados à área de privacidade (LGPD).
- 4.4. Cabeçalho / Header
  - 4.4.1. Deverá ter o logotipo da Câmara Municipal de Santo André no lado esquerdo da página;
  - 4.4.2. Possibilidade de gerenciar os menus e os itens do menu;
  - 4.4.3. Possibilidade de inserir, alterar, consultar e excluir itens no menu;
  - 4.4.4. Possibilidade de criação de mega menu;
  - 4.4.5. O menu deverá ficar fixo no topo da página no momento da rolagem da página.
- 4.5. Rodapé / Footer
  - 4.5.1. Ícones com chamadas para as redes sociais;
  - 4.5.2. Informações de contato com formulário para preenchimento para envio de mensagem e números de telefone da Câmara Municipal de Santo André;
  - 4.5.3. Possuir o endereço, e-mail, telefone da Câmara Municipal de Santo André;
  - 4.5.4. Logotipo da Câmara Municipal de Santo André;
  - 4.5.5. Possibilidade de adicionar links para outras postagens do website;
  - 4.5.6. Possibilidade de adicionar imagens ao rodapé;
  - 4.5.7. Possibilidade de gerenciamento e criação de menu no rodapé.
- 4.6. Conteúdos relacionados à transparência
  - 4.6.1. Reformulação da subhome de "Transparência" existente no website atual;
  - 4.6.2. Exibição dos conteúdos da subhome de maneira organizada e intuitiva com todas as informações existentes no website atual da Câmara Municipal de Santo André;
  - 4.6.3. Deve atender a Lei da Transparência (131/2009).
- 4.7. Conteúdos relacionados à privacidade (LGPD)
  - 4.7.1. O portal tem como objetivo garantir o cumprimento de todas as orientações da Lei Geral de Proteção aos Dados (LGPD);



4.7.2. Exibição dos conteúdos de maneira organizada e intuitiva contendo informações sobre o encarregado, a comissão, explicativo sobre a LGPD, termos de adequação à LGPD, termos e condições de uso dos dados coletados, política de privacidade e proteção de dados, divulgação da normativa e pesquisa de satisfação fornecidos pela Câmara Municipal de Santo André;

4.7.3. Deve atender plenamente a Lei Geral de Proteção aos Dados - LGPD (13.709/2018).

4.8. Galeria dos Vereadores

4.8.1. Apresentação dos vereadores da Câmara Municipal de Santo André em um estilo moderno contendo a foto do vereador, nome parlamentar, e-mail e telefone para contato e o partido;

4.8.2. Clicando em um vereador, deverá ter uma página com o nome parlamentar do vereador, e-mail e telefone para contato, página pessoal, redes sociais, links para as proposições (atividades legislativas), uma apresentação do vereador e uma lista com os funcionários atuais do gabinete.

## **5. DO PROJETO**

5.1. O projeto deverá ser desenvolvido em 3 etapas:

5.1.1. Planejamento e criação

5.1.1.1. Planejamento das demandas de design e programação, com reuniões presenciais e/ou remotas para definição do mapa do website, organizando e priorizando as páginas que podem ser publicadas.

5.1.1.2. Planejamento do site completo, ou seja, todas as páginas, postagens e funcionalidades que existem no website antigo deverão constar no website novo;

5.1.1.3. Será planejado todo o desenvolvimento através de técnicas utilizadas conforme padrão de mercado para elaborados e apresentação do cronograma e tarefas;

5.1.1.4. Definição de um template para a criação do website;

5.1.1.5. Definição dos elementos gráficos e design system (iconologia, padronização de formulários, tipologia, gráficos, paleta de cores, assets, etc);

5.1.1.6. Apresentação e aprovação de layout utilizado e padrões do website;

5.1.2. Programação e desenvolvimento

5.1.2.1. Importação e adequação do banco de dados. A CONTRATADA deverá importar todas as informações contidas no website atual;

5.1.2.2. Reestruturação do banco de dados na hospedagem própria da Câmara Municipal de Santo André;

5.1.2.3. A CONTRATADA deverá executar atividades de limpeza de dados que forem possíveis, com sua formatação de acordo com o novo modelo;

5.1.2.4. A CONTRATANTE deverá orientar a CONTRATADA e fornecer as informações que permitam a formatação dos dados;

5.1.2.5. Depois que a CONTRATADA importar os dados, a CONTRATANTE irá validar a consistência desses dados.

Contrato nº 40/2024

10



5.1.2.6. Programação do website, com a implementação dos códigos, layouts e conteúdos necessários em todas as páginas;

5.1.2.7. Criação de wireframe utilizando os layouts, design system e templates aprovados na fase de Planejamento e Criação;

5.1.2.8. Realização de testes, pela CONTRATADA, para verificar se o website se encontra em pleno funcionamento e se atende às especificações contratadas;

5.1.2.9. Apresentação do website desenvolvido a CONTRATANTE para aprovação em ambiente de homologação;

5.1.2.10. Durante a etapa de desenvolvimento, a CONTRATADA poderá requerer da CONTRATANTE novas informações que eventualmente se façam ou se tornem necessárias ao desenvolvimento do website;

5.1.2.11. Quando o website lhe for apresentado para aprovação, se o website não estiver de acordo com as especificações constantes deste contrato, a CONTRATANTE poderá reprová-lo, cabendo a CONTRATADA implementar as alterações necessárias;

5.1.2.12. Em caso de rejeição, o prazo de entrega será dilatado pelo tempo necessário para adequação do website, desde que razoável.

#### 5.1.3. Publicação e suporte

5.1.3.1. Testes finais e validação dos arquivos no ambiente de homologação;

5.1.3.2. Publicação das páginas do novo portal no servidor de produção, com apontamento das URLs necessárias, feito pela Câmara Municipal de Santo André;

5.1.3.3. O website deverá ser publicado com as páginas e conteúdo definidos pelo item 5.1.1.2.;

5.1.3.4. A publicação definitiva do Portal, no ambiente cedido pela CONTRATANTE, será realizada somente após a homologação dos conteúdos e a realização de testes de estabilidade e funcionalidades das estruturas e ferramentas, em data a ser definida pela CONTRATANTE.

5.1.3.5. Suporte e assessoria para utilização do ambiente administrativo do Wordpress, bug fixes e ajustes que forem necessários, durante o prazo de vigência do projeto.

5.1.3.6. Ao critério da CONTRATANTE, o suporte poderá ser realizado por e-mail, por telefone, por atendimento móvel (celular) ou mesmo em reuniões técnicas de reavaliação da solução;

5.1.3.7. A CONTRATADA deverá refazer ou corrigir, sem ônus adicionais para a CONTRATANTE, erros que possam ser constatados após a implantação da solução, durante a vigência do contrato;

5.1.3.8. Criação de tutoriais para as principais funcionalidades e treinamento para a equipe que gerenciará as ações internas do website. Este treinamento servirá para que a equipe responsável pela publicação do website absorva o conhecimento necessário para a manutenção de conteúdo.

5.1.3.9. O treinamento deverá ser apresentado e aprovado pelo responsável técnico antes do início da capacitação e deverá contemplar as customizações do Layout, funcionalidades aplicadas, publicação de conteúdo - especialmente as notícias - e conhecimentos gerais da ferramenta WordPress. No final do treinamento a CONTRATADA deverá entregar o manual do treinamento em formato digital.

## **6. DA RESPONSABILIDADE PELO CONTEÚDO PUBLICADO NO WEBSITE**

6.1. A responsabilidade, perante terceiros, por imagens, textos, vídeos, áudios e layouts publicados no website, seja civil, criminal ou administrativa, inclusive no que diz respeito à eventual violação de direitos de imagem ou direitos autorais de terceiros é:

6.1.1. A CONTRATANTE, em relação ao que fornecer a CONTRATADA para disponibilização no website;

6.1.2. A CONTRATADA, exclusivamente em relação ao que utilizar, publicar ou criar por iniciativa própria, sem solicitação da CONTRATANTE.

## **7. DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS**

7.1. O tratamento dos dados pessoais eventualmente realizados por meio do website objeto deste contrato deverá obedecer às disposições da Lei Federal n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais);

7.2. Compete ao CONTRATANTE, dentre outras obrigações impostas pela lei ao controlador do tratamento de dados pessoais:

7.2.1. Somente determinar a coleta e o tratamento de dados pessoais que sejam estritamente necessários à consecução de suas atividades e aos objetivos pelos quais o website será criado;

7.2.2. Somente realizar o tratamento de dados pessoais nos casos em que isto for permitido por lei, respeitando, sobretudo, as situações em que tal tratamento exige autorização expressa e inequívoca do usuário;

7.2.3. Implementar e divulgar política de privacidade que especifique a forma como os dados serão tratados, bem como os meios que os usuários terão para exercer seus direitos previstos em lei;

7.2.4. Ao tratar ou determinar o tratamento de dados pessoais, observar os princípios previstos no art. 6º da Lei 13.709/2018, dentre os quais o da boa-fé, o da adequação, o da necessidade e o da transparência.

7.3. Compete a CONTRATADA, dentre outras obrigações impostas pela lei ao operador do tratamento de dados pessoais:

7.3.1. Ao criar o website, implementar soluções e utilizar técnicas que atendam a padrões de segurança adequados à proteção dos dados pessoais que forem eventualmente coletados dos usuários, em conformidade com o orçamento disponível, com os objetivos do tratamento e com as instruções recebidas da CONTRATANTE;

7.3.2. Não se utilizar de mecanismos de tratamento de dados que extrapolem o necessário aos objetivos externados pela CONTRATANTE em relação ao website;

7.3.3. Não implementar mecanismos de transferência de dados pessoais sem a expressa autorização da CONTRATANTE;

7.4. A CONTRATANTE não poderá exigir da CONTRATADA que implemente mecanismos de tratamento de dados que impliquem em ofensas aos direitos dos usuários previstos em lei, sendo que, se isto acontecer, a CONTRATADA poderá rescindir este contrato de pleno direito, sem prejuízo de eventuais perdas e danos.

## **8. DOS DIREITOS AUTORAIS NO ÂMBITO DESTES CONTRATO**

Contrato nº 40/2024

8.1. Os direitos autorais relativos ao programa de computador que comporá o website e os direitos autorais de caráter patrimonial que recaírem sobre o layout e sobre a identidade visual produzidos no âmbito deste contrato pertencerão a CONTRATANTE, mas os direitos autorais de caráter moral permanecerão com a CONTRATADA, na forma da lei;

8.2. Fica a CONTRATANTE autorizada, em caráter irrevogável, a alterar, por si ou por terceiro, o programa de computador que compõe o website que lhe será entregue.

## **9. DA CONFIDENCIALIDADE**

9.1. Todas as informações de caráter confidencial a que a CONTRATADA tiver acesso durante a execução deste contrato deverão ser mantidas em sigilo, ficando a CONTRATADA proibida de revelá-las a terceiros, por qualquer meio, ou de manter cópias, em qualquer formato, salvo no que for estritamente necessário à execução do objeto deste contrato;

9.2. Serão considerados confidenciais os dados pessoais eventualmente compartilhados pela CONTRATANTE e as informações que a CONTRATANTE expressamente designar como confidenciais antes de compartilhá-las com a CONTRATADA.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

10.1. Executar o contrato de acordo com as condições, especificações e quantitativos estipulados;

10.2. Entregar os serviços contratados no prazo previsto e conforme as especificações indicadas neste Termo de Referência;

10.3. Prestar formalmente todos os esclarecimentos e informações solicitados pela Câmara Municipal de Santo André, garantindo à CONTRATANTE o acesso, a qualquer tempo, aos documentos relativos à execução do objeto;

10.4. Comparecer às reuniões, sempre que convocada pela CONTRATANTE, prestando informações e esclarecimentos sobre os serviços prestados;

10.5. Empregar, na execução dos serviços pessoal preparado, legalizado, e, quando em serviço, uniformizado e limpo, portando crachá de identificação;

10.6. A CONTRATADA deverá sempre utilizar empregados habilitados e com conhecimentos necessários aos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.7. Responder por todas as despesas referentes às obrigações decorrentes do direito de propriedade intelectual, trabalhistas, tributárias, previdenciárias, fiscais e de acidentes de trabalho no ambiente da CONTRATANTE;

10.8. Responder por todos e quaisquer danos pessoais e materiais causados por seus empregados ou prepostos nas dependências da CONTRATANTE e/ou de terceiros, decorrentes de ações ou omissão culposa ou dolosa, devidamente comprovadas, procedendo, imediatamente, os reparos ou indenização cabíveis, assumindo seus ônus, e, se assim não proceder, a CONTRATANTE lançará mão dos créditos a que fizer jus para ressarcir os prejuízos a que tem direito;





**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SANTO ANDRÉ**

- 10.9. Não transferir o Contrato a outrem, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;
- 10.10. Indicar um representante, sem ônus para a CONTRATANTE que atuará como gestor técnico administrativo deste contrato;
- 10.11. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte de fiscal indicado pela CONTRATANTE para acompanhamento da execução deste contrato, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- 10.12. Atender prontamente as solicitações técnicas e eventuais reclamações. O não atendimento destas será considerado motivo para aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência;
- 10.13. Providenciar, junto às autoridades competentes, a obtenção de licença, autorização de funcionamento e alvará da atividade a que se propõe, se for o caso;
- 10.14. Adotar todos os critérios de segurança exigidos em legislação, tanto para os empregados quanto para a execução dos serviços;
- 10.15. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução contratual, as condições habilitatórias exigidas na contratação;
- 10.16. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 10.17. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;
- 10.18. Entregar à Câmara Municipal de Santo André todos os arquivos, versões finais de produtos, documentos e quaisquer outros artefatos produzidos. A ausência de qualquer item acarretará aplicação das sanções administrativas.
- 10.19. A CONTRATADA deverá incluir, no preço ofertado, todas as despesas diretas e indiretas e todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto, levando em consideração toda a pormenorização dos serviços e especificações técnicas, presentes neste Termo de Referência;
- 10.20. Os valores contidos na proposta devem considerar a disponibilização de mão de obra capacitada, materiais, equipamentos e ferramentas necessárias à perfeita execução dos serviços objeto desta contratação;
- 10.21. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executados que fujam às especificações do memorial descrito;
- 10.22. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.23. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;



10.24. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, de forma permanente, permitindo à CONTRATANTE distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE**

- 11.1. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências e locais indicados neste contrato, para a execução dos serviços;
- 11.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste contrato, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas;
- 11.3. Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade manifestada na execução dos serviços e determinar a interrupção imediata do serviço se for o caso;
- 11.4. Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço entregue em desacordo com as especificações;
- 11.5. Efetuar o pagamento do preço nas condições pactuadas – vide item 12.3;
- 11.6. Fornecer por escrito às informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 11.7. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

## **12. DOS PRAZOS**

### **12.1. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**

12.1.1. O prazo de vigência do contrato será de 270 (duzentos e setenta) dias corridos a partir da assinatura do contrato, ou por perda do objeto o que ocorrer primeiro;

### **12.2. PRAZOS ESTIMADOS PARA EXECUÇÃO**

<b>Demandas</b>	<b>Responsáveis</b>	<b>Dias corridos</b>
Definição do mapa do site	Contratante	5 (cinco)
Criação dos layouts e templates	Contratada	5 (cinco)
Aprovação dos layouts e templates	Contratante	5 (cinco)
Levantamento e importação dos dados	Contratada	5 (cinco)
Programação e desenvolvimento	Contratada	70 (setenta)
Testes finais	Contratada	20 (vinte)
Aprovação	Contratante	10 (dez)
Publicação / Go Live	Contratada	10 (dez)
Suporte e treinamento	Contratada	50 (cinquenta)
<b>Prazo total</b>		<b>180 (cento e oitenta)</b>

12.2.1. Todos os marcos do projeto deverão ser contados a partir da data de assinatura de contrato entre ambas as partes com a possibilidade de aplicação de multa(s) no caso da não execução das demandas no prazo total do contrato;

12.2.2. A não aprovação do layout postergará todos os marcos posteriores;

12.2.3. Algumas das demandas poderão ser executadas simultaneamente, garantindo o cumprimento do prazo total do contrato com finais de semana e feriados existentes;

12.2.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato - vide item 14 este Termo de Referência - às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades;

12.2.5. Os serviços entregues deverão ter garantia de treinamento, suporte e assessoria para demandas relacionadas ao novo website por até 90 dias corridos contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo

### **12.3. DO PRAZO DE GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

12.3.1. O prazo de garantia contratual da solução será de, no mínimo, 90 (noventa) dias corridos, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

12.3.2. A garantia será prestada com vistas a manter a solução em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o CONTRATANTE.

12.3.3. Caso seja solicitado pela CONTRATANTE, a CONTRATADA realizará a atualização ou correção da solução que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de notificação por escrito da CONTRATANTE.

12.3.4. O prazo indicado no subitem anterior, durante sua adequação/correção, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da CONTRATADA, aceita pela CONTRATANTE.

12.3.5. Quaisquer custos serão de responsabilidade da CONTRATADA.

### **13. DA COMISSÃO DE RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

13.1. A CONTRATANTE exercerá a mais ampla e completa fiscalização dos serviços contratados através da Comissão de Recebimentos e de seus fiscais. A fiscalização em nenhuma hipótese eximirá nem reduzirá as responsabilidades legais e contratuais da CONTRATADA, seja quanto aos danos materiais e pessoais que forem causados a terceiros, seja por atos próprios da mesma, seja por atitudes de seus operários e prepostos;

13.2. A Fiscalização será desempenhada pelo(a) Diretor(a) de Apoio Tecnológico, em conjunto com o(a) Gerente de Tecnologia da Informação e terá atuação durante toda a vigência do contrato, bem como durante toda a garantia, devendo se manifestar sempre sobre o atendimento pleno desta última e demais condições que envolvam a sua entrega e garantia, relatando as ocorrências em processo próprio de acompanhamento;

13.3. A Fiscalização comunicará à empresa, por escrito, preferencialmente via e-mail, as deficiências porventura verificadas na execução dos serviços, para a imediata correção, sem prejuízo das sanções cabíveis;

13.4. A Comissão de Recebimento será composta pelos fiscais designados no item 13.2. e também o(a) Gerente de Comunicações Institucionais e Apoio Técnico Legislativo – Diretoria TI, cabendo a estes, em conjunto, dar recebimento provisório e o definitivo, permitindo a verificação da entrega, as possíveis substituições ou



trocas que, porventura, forem necessárias, até seu recebimento definitivo em conformidade com as especificações deste Termo de Referência.

#### **14. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

14.1. RECEBIMENTO PROVISÓRIO – O website completo será recebido provisoriamente pela Comissão de Recebimento após a entrega para verificação da conformidade com as especificações, o que ocorrerá em prazo não superior a 15 (quinze) dias úteis, após a data da entrega.

14.2. Sendo constatada qualquer irregularidade, não se dará o recebimento definitivo, ficando a CONTRATADA obrigada a atender às determinações da Comissão de Recebimento no prazo máximo de 10 (dez) dias, após o qual será efetuado novo exame no website;

14.3. Na segunda oportunidade, o website deverá estar de acordo com todas as especificações deste contrato para ser recebido definitivamente, sendo que, se não estiverem em ordem, a CONTRATADA sofrerá aplicação da multa cominada para o atraso diário na conclusão, a contar da data do recebimento provisório;

14.4. RECEBIMENTO DEFINITIVO – Decorrido o prazo e inexistindo falhas ou incorreções, a Comissão de Recebimento lavrará o “Termo de Recebimento Definitivo”, depois de reexaminados o website e desde que esteja em perfeita condição, mediante requerimento da CONTRATADA, de acordo com o disposto no Art. 140, inciso II, alínea “b”, da Lei Federal nº 14.133/2021.

#### **15. DOS PAGAMENTOS**

15.1. PREÇO - A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, após o recebimento definitivo do projeto o respectivo preço constante da proposta apresentada pela empresa em conformidade com as especificações técnicas contidas no respectivo ato convocatório.

15.2. No preço acham-se computados e diluídos todos os ônus decorrentes de despesas diretas e indiretas (mão-de-obra, equipamentos, acessórios, encargos sociais e quaisquer outras despesas necessárias), mesmo que não tenham sido apontadas expressamente pela CONTRATANTE, desde que tenham relação com os serviços a serem executados.

15.3. PAGAMENTOS - O pagamento será efetuado até 5 (cinco) dias úteis pela Diretoria de Orçamento e Finanças, após o recebimento definitivo firmado pela Comissão de Recebimento, por meio de depósito em conta corrente, através de ordem bancária, após a apresentação da respectiva nota fiscal/fatura, devidamente discriminada e atestada por servidor(a) designado(a) pela CONTRATANTE.

15.4. O não pagamento da fatura, apresentada nas condições previstas, ensejará a incidência da necessária compensação financeira, a ser procedida nos termos da Lei Civil.

15.5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

#### **16. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

Contrato nº 40/2024



- 16.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, em conformidade com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 16.2. As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 16.3. A CONTRATANTE poderá convocar representante da CONTRATADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 16.4. Após a assinatura do contrato, a Fiscalização deverá convocar o representante da empresa Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de execução e fiscalização – vide item 12, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 16.5. A execução do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, e na ausência desse(s) pelos respectivos substitutos.
- 16.6. O fiscal do contrato acompanhará a execução do objeto, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas na contratação, de modo a assegurar os melhores resultados para a Câmara Municipal de Santo André.
- 16.6.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 16.6.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correta execução do objeto, determinando prazo para a correção.
- 16.7. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 16.8. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema.
- 16.9. O fiscal do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 16.10. O fiscal do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Câmara Municipal de Santo André.
- 16.11. A fiscalização do contrato será exercida pelo(a) Diretor(a) de Tecnologia da Informação, Gerente de Tecnologia da Informação e Apoio Técnico Legislativo – Diretoria ou Chefe de Núcleo de Desenvolvimento
- 16.12. A comissão de recebimento será formada pelo(a) Diretor(a) de Tecnologia da Informação, Gerente de Tecnologia da Informação, Gerente de Comunicações Institucionais e Apoio Técnico Legislativo – Diretoria ou Chefe de Núcleo de Desenvolvimento



16.13. Em quaisquer das fases poderá ser solicitada prorrogação de prazo de entrega, que será autorizada pela Autoridade Competente, desde que solicitada com 7 (sete) dias úteis de antecedência.

## **17. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta**

17.1. O fornecedor será selecionado por meio do processo de contratação direta, dispensa de licitação, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global.

### **Habilitação para a contratação direta**

Para a contratação direta, somente serão necessárias as certidões abaixo:

17.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ).

17.3. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do domicílio ou sede do licitante;

17.4. Prova de regularidade perante o Sistema de Seguridade Social – INSS mediante a apresentação da CND - Certidão Negativa de Débito ou CPD-EN - Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa.

17.5. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS.

17.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

17.7. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor da contratação, prorrogável por igual período, a critério da Câmara Municipal de Santo André, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme previsto na Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014.

17.8. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 17.6., implicará na decadência do direito à contratação.

### **Qualificação Técnica**

17.9. Atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por órgão(s) da Administração Pública ou entidade(s) particular(es), de que tenha fornecido objeto compatível com as características, quantidades e prazos da presente contratação, nos termos da Súmula 24 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

17.10. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter de forma legível a identificação da pessoa jurídica emitente com o seu CNPJ, seu endereço completo, bem como o nome e cargo do signatário.



## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ

17.11. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

17.12. Na apresentação da proposta, a empresa deverá comprovar, por meio da apresentação de documentos, que, em seu quadro de colaboradores, inclusive considerando os seus prestadores de serviço, há profissionais com graduação na área específica, ou certificação reconhecida, e com experiência no mercado, em cada uma das seguintes funções ou equivalentes: (a) desenvolvedor de back-end; (b) desenvolvedor de front-end; (c) web designer; (d) designer User Experience (UX) e User Interface (UI).

17.13. Cada colaborador não deverá desempenhar mais de uma função dentre as citadas no item anterior.

17.14. A comprovação de vínculo do(s) profissional(is) indicado(s) no Item se fará com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste a licitante como contratante; do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio; do contrato de prestação de serviços previsto na legislação civil; ou, ainda, da declaração de contratação futura de profissional, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

### 18. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

18.1. O custo estimado da contratação será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas, propiciando maior amplitude de negociação, conforme prevê o art. 24 da Lei 14133/21.

### 19. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da Câmara Municipal de Santo André.

19.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação: consignada sob o nº 3.3.90.40 – SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - WEBSITE.

19.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante emissão de nota de empenho.

### 20. PENALIDADES

20.1. As penalidades estão previstas nos art. 156 a 163 da Lei Federal nº 14.133/21, bem como os procedimentos relativos à aplicação de multas e outras sanções decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato.

20.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato, fica a CONTRATADA sujeita às seguintes penalidades, a serem aplicadas de forma discricionária por esta Administração Pública, observado o princípio da razoabilidade:

- I. advertência;
- II. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplente;
- III. multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato quando houver inexecução total da avença;
- IV. impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Santo André, pelo prazo máximo de 03 (três) anos;
- V. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;





**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SANTO ANDRÉ**

VI. Pelo atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado a multa de mora de 0,3% ao dia, na forma prevista nesse edital e no contrato, sendo que a aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na legislação, podendo ser abatida da garantia contratual, com cobrança da diferença, se houver.

20.3. De acordo com o disposto no § 7º do art. 156 da Lei 14.133/2021, as sanções previstas para as penalidades de advertência, impedimento de licitar e contratar, bem como para declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, poderão ser cumulativas com a aplicação de multa.

**21. GARANTIA CONTRATUAL**

21.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

21.2. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 30 dias após autorização da dispensa.

21.3. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.





**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ANEXO II - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO**

**CONTRATANTE:** CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ

**CONTRATADA:** A&M SOLUTION AGENCIA DIGITAL LTDA

**CONTRATO Nº (DE ORIGEM):** 40/2024 - Processo CMSA 4927/2024

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para o desenvolvimento, implantação, treinamento, suporte e garantia da solução web integrada (website) e demais características e especificações técnica.

**ADVOGADO(S) / Nº OAB: (\*)** \_\_\_\_\_

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos à análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela CONTRATANTE estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP - CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA manter seus dados sempre atualizados.

**2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

**Santo André (SP), 18 de dezembro de 2024.**

Duas assinaturas manuscritas em tinta azul. Uma assinatura está localizada no canto superior direito da página, e a outra, maior e mais elaborada, está no canto inferior direito.



**Autoridade Máxima do Órgão/Entidade:**

Nome: Carlos Roberto Ferreira

Cargo: Presidente da Câmara Municipal de Santo André

CPF: 029.194.068-41

**Responsável pela Homologação do Certame ou Ratificação da Dispensa/Inexigibilidade de Licitação:**

Nome: Carlos Roberto Ferreira

Cargo: Presidente da Câmara Municipal de Santo André

CPF: 029.194.068-41

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Ordenador de Despesas da CONTRATANTE:**

Nome: Carlos Roberto Ferreira

Cargo: Presidente da Câmara Municipal de Santo André

CPF: 029.194.068-41

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Responsáveis que assinaram o Ajuste:**

**Pela CONTRATANTE:**

Nome: Carlos Roberto Ferreira

Cargo: Presidente da Câmara Municipal de Santo André

CPF: 029.194.068-41

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Pela CONTRATADA:**

Nome: Clóvis Máximo da Silva

Cargo: Procurador

CPF: 022.083.468-74

Assinatura: \_\_\_\_\_

(\*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.